



Responsabilidade socioambiental na empresa para o desenvolvimento sustentável: a experiência de uma cooperativa agropecuária

Cecília Smaneoto, Cibeli Gerlach, Daniel Rubens Cenci

Mestranda em Desenvolvimento pela UNIJUI(cissacla12@terra.com.br)/ Pos-graduada em Marketing pela SETREM(cibeligerlach@ibest.com.br)/

Daniel Rubens Cenci, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Mestre em Direito, Professor da UNIJUI(danielr@unijui.edu.br)

Resumo

A partir do contexto da modernização da agricultura brasileira e seus decorrentes impactos ambientais e na emergência de novas alternativas para um desenvolvimento sustentável, este artigo tem o objetivo de demonstrar as ações realizadas por uma cooperativa agropecuária localizada na região noroeste do Rio Grande do Sul – Brasil que tiveram como base os princípios da Agenda 21. Esta experiência demonstra que é possível desencadear ações efetivas visando um desenvolvimento que busque minimizar os impactos ambientais. Importante considerar que a mudança passa por uma sensibilização e re-educação de todas as pessoas que atuam no caso, na cooperativa. Trata-se de uma nova postura diante do meio ambiente, na forma de trabalhar e viver. A mudança nas organizações e nas pessoas não é uma tarefa fácil, trata-se de um processo longo, organizado e que demanda muitos esforços, mas que precisa ser desencadeado pelos gestores.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Responsabilidade socioambiental, Cidadania.

Área Temática: Educação ambiental;

Abstract

From the context of brazilian agriculture modernization and its decurrent environment impacts and considering the emergency of new alternatives for a sustainable development, this article aims to bring up the actions carried through for an agricultural cooperative located in northwest region of Rio Grande do Sul – Brazil, that had as basis the Agenda 21 principles. This experience evidences that it's possible unchain effective actions aiming a development that purposes to minimize the environment impacts. The change passes for a sensibilization and re-education of all the people that works in the cooperative. One is about a new position ahead of the environment, in the way of work and live. The change in the companies and the people is a long process, organized and that needs too many efforts, but it must be unchained by the managers.

Key words: Sustainable development, socioenvironmental, responsibility, citizenship.

Theme Area: Environmental education.

1 Introdução

A partir do contexto do desenvolvimento da agricultura brasileira, na década de 60, e seus impactos sociais, econômicos e ambientais, este artigo tem por objetivo apresentar os principais resultados das ações socioambientais para o desenvolvimento sustentável realizado por uma cooperativa agropecuária que atua na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Uma das alternativas é a utilização da Agenda 21 como marco teórico e metodológico para a construção de outros saberes e outras práticas nas políticas públicas para



o meio ambiente e para a sustentabilidade, avançando no desafio de integrar desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Desta forma, a identificação e análise das práticas decorrentes da implementação da Agenda 21 por cooperativa (Cooperativa agro-pecuária Alto Uruguai LTDA.) de abrangência regional, como forma de assumir a sua responsabilidade socioambiental, tendo como referência teórico-metodológica os aportes da Agenda 21 para o nível internacional, nacional e local. Além disso, justifica-se também, pelo alcance interdisciplinar e multitemático, abrangendo os campos de atuação, enquanto empresa do campo agropecuário, de produção, transformação e comercialização de produtos.

Do ponto de vista jurídico o ambiente ecologicamente equilibrado se constitui num direito de caráter coletivo, impessoal, pluralista, indivisível, impondo novos desafios ao mundo jurídico, porquanto a lógica da estrutura legislativa direciona-se à proteção da propriedade privada, seu uso individual, totalmente dividido e fragmentado. Esta dicotomia impõe a estruturação de novos ordenamentos jurídicos que atendam a necessidade de novos saberes e novas práticas na relação homem natureza. Todavia, os ordenamentos jurídicos têm se mostrado insuficientes para promover as mudanças de práticas agressivas ao ambiente, o que produz um conjunto de conflitos socioambientais que impactam a qualidade de vida da humanidade.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 O Desenvolvimento da Agricultura Brasileira

A agricultura brasileira em meados do século XX passou por grandes transformações. As políticas e ações que visaram a modernização da agricultura nas décadas de 50 e 60 tinham como pressuposto de que o rural estava atrasado e que a modernização iria aumentar a produção e a produtividade agrícola. Nesta época, a idéia predominante é que a solução do atraso da agricultura está na mudança da base técnica de produção, para isso, o produtor tinha de adotar novas tecnologias, insumos, a genética e equipamentos para modernizar sua atividade e administrá-la como uma empresa. Um dos incentivadores da modernização da agricultura foi o pesquisador Schultz que defendia que a eficiência e a maximização do lucro são partes de um sistema econômico eficiente e racional. Este autor considerava que todos os agricultores, capitalizados ou de subsistência, analisam a relação entre a entrada de insumos e os resultados econômicos da mesma maneira que os empresários modernos, sendo o produtor um maximizador de lucros em busca da eficiência econômica. Os estudos de Schultz serviram de aporte para a idéia predominante na época (anos 50 e 60) de que a agricultura era atrasada e que precisava ser modernizada através de incentivos externos.

O pacote tecnológico denominado para o conjunto de tecnologias, insumos e equipamentos utilizado para efetivar a modernização da agricultura brasileira, gradativamente tomou o lugar da força de trabalho e das técnicas rudimentares (mas não menos eficientes) dos agricultores que foram substituídas por máquinas complexas de alto valor e custo de manutenção. Este processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu em sintonia com a expansão do capitalismo mundial e foi induzido pelos grupos econômicos, principalmente, norte-americanos que expandiram seus negócios no mundo e consolidaram o sistema capitalista após a Segunda Guerra Mundial.

A efetivação da modernização da agricultura brasileira evidencia o que Habermas, nos estudos sobre a transformação das sociedades, define como processos constantes de submissão dos grupos sociais às decisões racionais. Estas decisões foram definidas no âmbito do Estado e tiveram pouca (ou nenhuma) participação das entidades ou grupos representativos dos agricultores que teriam um conhecimento mais próximo de sua realidade social, do seu mundo da vida. Nesta dimensão os agricultores familiares vivem e estabelecem relações sociais nas comunidades e com meio natural nas suas unidades de produção. Trata-se das



experiências comuns, da língua, da tradição, cultura e saber compartilhado pelas pessoas e representa sua vida cotidiana.

Em uma perspectiva crítica sobre a desagregação do mundo da vida pelo sistema, Gorz afirma que a racionalidade cognitivo-instrumental está avançando além da economia e do Estado e interfere nas esferas da vida e no agir comunicativo perturbando a reprodução simbólica do mundo da vida. A racionalidade econômica “vem colonizar, reificar e mutilar até mesmo o tecido relacional do qual dependem a integração social, a educação e a socialização dos indivíduos.” O autor aponta que um dos motivos da crise da modernidade está na heterorregulação pelo dinheiro e pelo poder estatal colonizando o mundo da vida e enfraquecendo as autorregulações nas relações dos indivíduos. A ampliação do sistema aumenta o agir estratégico e diminui o agir comunicativo desagregando a reprodução do mundo da vida.

O processo de modernização da agricultura brasileira demonstrou as influências das políticas e ações do Estado e do mercado sobre o mundo da vida dos agricultores brasileiros, especificamente os agricultores familiares. Este processo resultou em impactos nas mais diferentes formas e proporções. Tiveram agricultores que adotaram plenamente o pacote tecnológico e mudaram sua base de produção e se capitalizaram outros adaptaram as novas tecnologias e tiveram resultados diferentes assim como tiveram agricultores que ficaram excluídos deste processo. Independente das diferentes proporções de inserção e transformação da modernização da agricultura no mundo da vida dos agricultores, os impactos ambientais e sociais foram significativos.

2.2 Os Impactos Ambientais do Desenvolvimento da Agricultura

Na medida em que a modernização da agricultura brasileira se consolida nos anos 60 como parte de um projeto do desenvolvimento do capitalismo mundial no pós-guerra, pesquisadores e grupos sociais começam a discutir e apresentar os impactos ambientais e sociais deste processo. Mesmo que seja difícil precisar quando que se iniciaram as preocupações com os problemas ambientais em proporções mundiais, utiliza-se como marco a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, em que aparecem na pauta de discussão os conflitos sociais e ambientais. Nesta discussão acirram-se as incongruências entre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, incompatibilidades de visões de mundo e antagonismos que se arrastam até os dias de hoje.

Em 1987 é divulgado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o documento Nosso Futuro Comum o qual traz subsídios para a discussão de políticas para o desenvolvimento sustentável. Voltando ao contexto brasileiro, nos anos oitenta evidenciam-se os efeitos perversos da modernização da agricultura, principalmente no âmbito social, econômico e ambiental. Os efeitos são percebidos pelo êxodo rural, perda de identidade dos agricultores, aumento da pobreza e desigualdade social no campo e na cidade, degradação e contaminação dos solos e águas e diminuição da biodiversidade, entre outros problemas. Na análise dos impactos da modernização, Wanderley constata que estas mudanças provocaram a reconfiguração social do meio rural em que o espaço de trabalho e vida passou a ser predominantemente espaço destinado à produção.

No final dos anos 80 se intensificam as manifestações e ações de entidades organizadas e movimentos ambientalistas que reivindicavam políticas de defesa e proteção ao meio ambiente. A partir da Constituição Brasileira de 1988 e das discussões e encaminhamentos decorrentes do Rio-Eco-92, a questão ambiental e rural entra na pauta de discussões e reivindicações. Nos anos noventa, as discussões que abarcavam o rural e a agricultura familiar buscaram contemplar as suas relações com o meio ambiente, sustentabilidade, segurança alimentar, agroecologia, diversidade socioambiental, entre outros.



Para Wanderley a busca do reconhecimento da importância do mundo rural e do seu papel nos processos de desenvolvimento, considera um rural que se transforma e se adapta diante das mudanças e imposições do sistema, mas não deixa de existir. Desta forma a reconfiguração do rural, na contemporaneidade, passa a contemplar as questões ambientais que, no caso, foram desdenhadas pela modernização da agricultura brasileira. Atualmente prevalece um novo imperativo que já está influenciando os agricultores familiares (e também os que não são agricultores) que é questão socioambiental. Esta questão é decorrente da crise ambiental que tomou dimensões globais e está em pauta nos meios de comunicação e nas discussões sobre políticas públicas. Trata-se do rural socioambiental.

2.3 A Responsabilidade Socioambiental na Gestão das Cooperativas Agropecuárias

O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21 estão levando as empresas a refletir sobre o aprimoramento do conceito e da prática da sustentabilidade empresarial, como algo muito mais amplo do que a gestão ambiental pura e simples. Mais do que uma simples empresa, a cooperativa resgata na sociedade atual essa preocupação com o social, o ecológico, o humano e a valorização dos princípios básicos de convivência, como o trabalho e a existência digna. A opção pela sustentabilidade ambiental apresenta-se como condição para a inserção ou não da empresa no contexto mundial e a diferença entre o sucesso e o fracasso na atividade econômica. Igualmente reside na sua capacidade de incorporar a atual preocupação com o meio ambiente como condição “sine qua non” para o sucesso empresarial na produção de alimentos, como é o ramo principal da cooperativa.

No campo da gestão cooperativa, atendendo seus princípios basilares da atuação junto à sociedade, o êxito do processo de construção da sustentabilidade está diretamente ligado a construção do chamado mundo tripolar, no qual os resultados são mais consistentes quanto maior for a integração entre empresas, governos e sociedade civil.

O desenvolvimento sustentável passa por mudanças dos padrões de consumo e de produção, o que não quer dizer que necessariamente temos que consumir menos, mas sim, consumir de forma eficiente, e estas mudanças devem ser discutidas com a sociedade dentro dos padrões éticos, morais, sociais e ambientais.

A ecoeficiência é uma filosofia de gestão empresarial que incorpora a gestão ambiental, associando-se aos objetivos econômicos. Tem como principal objetivo o crescimento qualitativo da economia, e para alcançar a ecoeficiência a empresa precisa conhecer o sistema natural em que opera, e sim, respeitar os limites e capacidades de um ecossistema resistir a impactos. As empresas que gerenciam sua responsabilidade social têm um patrimônio extra a ser usado em momentos de crise. A sociedade estará mais propensa a ser solidária com a empresa que tiver a reputação de ser socialmente responsável, e até a obtenção de créditos junto a instituições financeiras que fazem primam pela gestão ambiental sustentável. A humanidade está diante de uma mudança cultural que precisa ser acompanhada pela gestão empresarial, que passa a dar ênfase ao equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social e o exercício da responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e sociedade civil.

2.4 Construção de Compromissos para o Desenvolvimento Sustentável: a Agenda 21

A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas. Contendo 40 capítulos, a Agenda 21 Global foi construída em consenso, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em



um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida por ECO 92. Além da Agenda Global ela traz sugestões para os países e para Agendas Locais. O programa de implementação da Agenda 21 e os compromissos para com a carta de princípios do Rio foram fortemente reafirmados durante a Cúpula de Joanesburgo, ou Rio + 10, em 2002, pois 10 anos depois da criação da Agenda 21, as constatações foram de que aumentou a degradação ambiental e a miséria no mundo. Além do documento em si, a Agenda 21 propõe um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma sustentável. E esse processo deve envolver toda a sociedade na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazo. A análise do cenário atual e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser realizados dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, cultural, ambiental e político-institucional da localidade. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios da Agenda 21, gera inserção social e oportunidades para que as sociedades e os governos possam definir prioridades nas políticas públicas.

A Agenda 21 global estabelece que "cada autoridade em cada país programe uma Agenda 21 local tendo como base de ação a construção, operacionalização e manutenção da infra-estrutura econômica, social e ambiental local, estabelecendo políticas ambientais locais e prestando assistência nas políticas ambientais nacionais".

Para o governo brasileiro, a construção da Agenda 21 Local vem ao encontro da necessidade da construção de instrumentos de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável. O processo de Agenda 21 Local pode começar tanto por iniciativa do poder público quanto da sociedade civil. De fato, a Agenda 21 Local é processo e documento de referência para Planos Diretores e orçamentos municipais, entre outros, podendo também ser desenvolvida por comunidades rurais, e em diferentes territorialidades, em bairros, áreas protegidas, bacias hidrográficas. E, reforçando ações dos setores relevantes, a Agenda 21 na escola, na empresa, nos biomas brasileiros é uma demanda crescente, cuja maioria das experiências existentes tem construído propostas bem sucedidas. Os passos propostos são o de mobilizar para sensibilizar governo e sociedade, criar um fórum da agenda 21 local, elaborar um diagnóstico participativo, elaborar o plano local de desenvolvimento sustentável, elegendo ações prioritárias, programar o plano local e o de monitorar e avaliar o plano. O desafio que se apresenta é construir compromissos, elaborar em cada local a sua Agenda 21, integrar as mais diferentes agendas e construir outra forma de relação entre homem e natureza.

3 METODOLOGIA E INFORMAÇÕES UTILIZADAS

3.1 O Estudo de Caso: a Cooperativa COTRIMAIO

A Cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda. – COTRIMAIO foi fundada no dia 02 de fevereiro de 1968, através da união de 25 agricultores, no município de Três de Maio, RS. Teve suas atividades iniciadas em 1º de fevereiro de 1969. A COTRIMAIO pertence atualmente a 13.500 associados, sendo que 96% destes possuem menos de 50 ha. de terra; mas a verdadeira força está na grandeza dos números socioeconômicos da Cooperativa. O conjunto armazenador da cooperativa ultrapassa a capacidade estática de 8 milhões de sacas de grãos, ou seja, aproximadamente 500 mil toneladas. A COTRIMAIO está situada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e atua no ramo Agropecuário e da Agroindústria. Realiza serviços de recebimento, armazenamento, beneficiamento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários. Compõem-se ainda de negócios em supermercados, lojas de agropecuárias e combustíveis, além de industrializar e comercializar



produtos da marca Raízes, através da Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste Ltda. – COCEAGRO.

3.2 Procedimentos da Pesquisa

Os dados foram coletados junto aos colaboradores da Cotrimaio. Desta forma o artigo foi construído no sentido de demonstrar a possibilidade e a importância de se implantar um programa organizado e articulado de ação que vise o desenvolvimento com menos impactos possíveis ao meio ambiente.

3.3 Implantação da Agenda 21 na COTRIMAIO

Durante o ano de 2007, a Cotrimaio oportunizou formação e qualificação para todos os seus funcionários, em seminários de oito horas, para discutir os conflitos socioambientais e a necessidade de construir outras práticas de responsabilidade com o cuidado do Meio Ambiente. De forma participativa elaborou-se um diagnóstico enfocando os problemas socioambientais existentes nos diferentes setores da empresa. Numa segunda etapa, selecionou-se 40 ações que a Cotrimaio priorizaria no aniversário dos seus 40 anos. E Assim, nasce Agenda 21 da Cotrimaio, articulando as ações em 9 eixos temáticos, estabelecendo com seus colaboradores, com a comunidade de sócios e com a sociedade em geral, a parceria para sua implementação. Após 3 anos e com aproximadamente 90% das ações implementadas, é possível mensurar ganhos em diferentes áreas, mesmo enfrentando como a maioria das empresas cooperativas, uma forte crise econômica-financeira, com a ampliação do debate e a geração de consciência e mudanças de comportamento no grupo de colaboradores, na gestão da empresa e nas ações da comunidade regional. Os eixos temáticos e as ações foram:

1) Educação Ambiental:

1. Desenvolver a consciência ambiental com os associados, líderes, jovens e mulheres, por meio de palestras, seminários, encontros e cursos;
2. Entregar aos prefeitos, Ministério Público e outras autoridades um documento com as 40 ações para melhoria do Meio Ambiente da COTRIMAIO;
3. Criar no Programa Raízes um quadro de “Responsabilidade Sócio-ambiental”, para divulgar informações práticas de melhorias no meio ambiente;
4. Envolver os líderes de equipes da COTRIMAIO no desenvolvimento constante de ações pró meio ambiente junto a seus colaboradores;
5. Participar de encontros, seminários, cursos e feiras sobre o assunto;
6. Conectar a Agenda 21 – COTRIMAIO com a Agenda 21 nacional, estadual e municipal;
7. Implementar mudança de hábitos como o uso de copos e xícaras definitivas nos espaços de trabalho da COTRIMAIO;

2) Resíduos Sólidos

8. Separar o lixo na empresa, e orientar os colaboradores para separação do lixo em casa;
9. Recolher lâmpadas e pilhas nos supermercados, encaminhando-as de volta ao fornecedor;
10. Comercializar papelão e plásticos e destinar os recursos à ações ambientais;
11. Disponibilizar lixeiras externas para separação do lixo;

3) Embalagens

12. Recolher embalagens de agrotóxicos e buscar parcerias com entidades municipais para fiscalização da coleta;
13. Recolher garrafas pet e embalagens de vidros dos clientes destinando-as à reciclagem;
14. Substituir as sacolas plásticas pelas de algodão, iniciando pelos funcionários;
15. Adotar as embalagens biodegradáveis nos pontos de venda;

4) Consumo de Energia

16. Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes;



17. Implementar e acompanhar o programa de redução de energia em todas as filiais;
18. Readequar a capacidade dos motores pela demanda de potência;
19. Substituir os equipamentos de refrigeração dos supermercados em 2008;
20. Elaborar uma cartilha com informações sobre o consumo racional de energia elétrica doméstica e distribuir aos funcionários, objetivando a conscientização sobre a redução no consumo;

5) Consumo de Água

21. Preservação de fontes naturais existentes nas filiais;
22. Captação de água da chuva e utilização da mesma nas filiais;

6) Emissão de Pó

23. Adaptar as estruturas operacionais instalando abafadores, cortinas e lâminas de água;
24. Implementar cortinas verdes em todas as filiais;

7) Florestas

25. Criar programa de incentivo ao reflorestamento para fornecimento de matéria-prima sustentável;
26. Proteger fontes;
27. Recuperar as matas ciliares;
28. Arborizar com espécies exóticas os espaços disponíveis nas filiais;
29. Implementar reflorestamento próprio baseado no consumo de lenha das filiais;

8) Uso de Agroquímicos

30. Conscientizar agricultores sobre uso de EPI's;
31. Conscientizar agricultores sobre uso de agrotóxicos e com baixo impacto ambiental;
32. Capacitar agricultores sobre tecnologia de aplicação de defensivos;

9) Produção Agroecológica

33. Ampliar o mix de produtos orgânicos nos pontos de venda;
34. Conscientizar os associados e clientes sobre o consumo de produtos orgânicos;
35. Estimular a produção orgânica com 40 novos produtores;
36. Desenvolver e distribuir cartilha nas escolas sobre educação ambiental, produção e alimentação com produtos orgânicos e seus benefícios;
37. Disponibilizar suporte técnico especializado aos produtores orgânicos através da capacitação dos técnicos;
38. Incentivar os agricultores para a produção orgânica, através de seminários e encontros;
39. Criar uma propriedade modelo de produção orgânica;
40. Para os produtores orgânicos conceder desconto nas compras na Cotrimaio, como forma de incentivo;

4 CONCLUSÃO

Os problemas ambientais identificados constam da agenda preliminar priorizada e integra nove campos temáticos, cada um com ações pontuais e ou integradoras desde a coleta seletiva de resíduos sólidos, até a adoção de práticas de produção agroecológicas estimuladas por demandas de consumo local, regional e até internacional. A decisão de desenvolver um processo, planejado, participativo, permanente de trabalho com o meio ambiente por parte de uma empresa, manifesta sua responsabilidade com o meio ambiente e com a cidadania, marcando uma nova etapa na vida empresarial, que inicia com um novo jeito de fazer a gestão. Passa a ser participativa desde as funções de comando e gerenciamento até as atividades pontuais de cada colaborador da instituição cooperativa. A ampliação da visão e da responsabilidade dos trabalhadores demanda novas práticas, somente possíveis em outras e também novas racionalidades com relação ao desenvolvimento e ao meio ambiente.

Os documentos internacionais como textos oficiais da ONU – Organização das Nações Unidas, protocolos, acordos, convenções e tratados, não têm surtido o efeito desejado no que



tange aos resultados necessários frente aos problemas emergentes. Notadamente a área ambiental que é de permanente disputa, revela-se a impotência de buscar efetividade na implementação de ações concretas para o enfrentamento dos problemas emergentes. A impossibilidade de impor sanções diretas sobre as condutas dissonantes, não produz a eficácia pretendida nos documentos e propósitos na dimensão global.

Frente a este quadro a ação no espaço local se constitui em possibilidade eficaz de estabelecer novas condutas, que, entretanto, não se dão pela imposição, mas pela consciência e pela ação responsável de cidadãos e empresas, que de forma autêntica buscam a qualidade de vida. Esta reflexão se torna possível mediante a superação de aspectos do processo produtivo eminentemente capitalista, individualista, demonstrando que é possível estabelecer relações de sustentabilidade, numa relação onde os direitos das pessoas sejam supridos sem comprometer os mesmos direitos que tem as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA 21. 2004. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 26 set. 2009.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRANDEBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. Curitiba\Pr: MADE UFPR, 2006. (Texto de Aula)
- BRUM, Argemiro J.; TRENNEPHOL, Vera Lúcia. Agricultura brasileira. 3 ed.rev. ampl. Ijuí : Ed. Unijuí, 2005. 128 p .
- GORZ, André. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. (trad. Ana Montoia) – 2 ed. São Paulo : Annablume, 2007. 248 p.
- HABERMAS, Jurguen. Teoría de la acción comunicativa II: crítica de la razón funcionalista. Espanha: Taurus Humanidades, 1987. 618 p.
- LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental. Trad.: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.
- _____. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEWIS, Sandra Barbom. Responsabilidade Jurídica e social da empresa. In: Reflexões sobre desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SIMIONI, Carlos Alberto. O uso de energia renovável sustentável na matriz energética brasileira: obstáculos para o planejamento e ampliação de políticas sustentáveis. Tese de doutorado. Curitiba. UFPR-MADE, 2006.
- SCHULTZ, T. A transformação da agricultura tradicional. Zahar, Rio de Janeiro, 1965.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 1996.